



**FEDERAÇÃO  
PORTUGUESA  
DE CICLISMO**

Processo n.º04/17\_UVP-FPC

## **ACÓRDÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC**

### **A. Identificação e Instrução**

Por determinação da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) o Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 14.02.2017, contra a ciclista sua filiada XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portadora da licença nacional n.º XXXXX tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática da infração prevista na alínea a) do n.º2 do art. 3.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto (Lei Antidopagem no Desporto) consubstanciada na presença de substância proibida específica no líquido orgânico (urina) recolhido à atleta em controlo antidopagem (mais precisamente, acusou *Terbutalina*).

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Conselho aquando da abertura do processo disciplinar. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pelo Instrutor ao Presidente.

### **B. Parecer Prévio do CNAD**

No termo da instrução foi elaborado relatório final pelo Instrutor, o qual este Conselho subscreveu na totalidade na reunião ocorrida no dia 06/06/2017 – quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando a fazer parte desta decisão.

Sucede porém que a sanção proposta no dito Relatório Final, com a qual se concordou (e concorda), era de 4 (quatro) meses de suspensão e, como tal, a mesma apenas pode ser validamente deliberada se precedida de parecer prévio favorável do CNAD (ao abrigo do artigo 67.º n.º1 da mesma Lei).

Nestes termos, no mesmo dia 06/06/2017 o Conselho de Disciplina da UVP-FPC pediu o referido parecer prévio ao CNAD, tendo agora chegado a resposta, através do ofício Ref. 183/GJ/2017, recebido pela UVP-FPC em 10/07/2017 e remetida no mesmo dia, internamente, a este órgão disciplinar.

1



Com especial relevância para o caso, conclui o sobredito parecer – que passa a fazer parte integrante desta decisão – que “(...) tudo visto e ponderado, e devidamente analisada a prova carreada para os autos, mormente os vários factores atenuantes, entendemos que o presente caso se subsume ao disposto nos Art.º 61º-nº1 al. b) e Art.º 67º-nº3 e 4, ambos da Lei 38/2012 de 28 de Agosto, na sua versão actualizada, sendo de aplicar à praticante desportiva XXXXXXXXXXXXXXXX em função do ilícito disciplinar controverso, uma pena de suspensão pelo período de 1 ano, por justa e adequada.”.

### C. Decisão

Como ficou acima refletido, Conselho de Disciplina da FPC e CNAD têm opinião divergente relativamente à pena justa e adequada a aplicar à Arguida. O nosso órgão disciplinar pretendia aplicar uma pena de 4 meses de suspensão. O CNAD apenas aprova, no seu parecer, a aplicação de pena de 1 ano de suspensão.

É nesta contingência que cabe agora decidir.

De acordo com os dispositivos constantes da Lei Antidopagem no Desporto pode concluir-se que o sistema punitivo funciona de acordo com a seguinte lógica: as federações desportivas podem aplicar livremente sanções de suspensão iguais ou superiores a 2 anos. Pelo contrário, querendo aplicar sanção inferior a 2 anos, apenas poderão fazê-lo se suportadas num parecer prévio favorável emitido pelo CNAD. Significa isto que no caso de existir desacordo entre a pena entendida como justa e adequada pela federação desportiva e o parecer emitido pelo CNAD cabe à primeira, tão só, decidir se condena na medida da pena constante do parecer do CNAD ou, em alternativa, aplica ao Arguido 2 anos de suspensão. É portanto, diga-se sem rodeios nem juízos de valor, sob esta aparência de poder decisório federativo que se vive.

Serve isto para dizer que, *in casu*, este Conselho está manietado e forçado a decidir contra a opinião livremente formada e já anteriormente manifestada. Desconsiderar o parecer prévio e aplicar à Arguida pena de 2 anos de suspensão ou seguir o dito parecer e aplicar-lhe a pena de 1 ano de suspensão são, sublinhe-se, as únicas alternativas decisórias de que dispõe este órgão.

Pelo que, em face do exposto, o órgão decide, naturalmente pela pena aplicável que, apesar de tudo, se encontra mais próximo da que entende ser justa e adequada. É tudo quanto pode fazer.

Assim, estando verificados todos os pressupostos legais e regulamentares de que depende a aplicação da pena, o Conselho de Disciplina da UVP-FPC decide, por unanimidade, condenar a Arguida nas seguintes sanções (cumulativas):

- i. Suspensão da atividade desportiva pelo período de 1 (um) ano – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 61.º n.º1 alínea b) e artigo 67.º n.os 3 e 4, todos da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação atual – ao qual será deduzido o tempo já cumprido a título de suspensão preventiva (decretada em 14/02/2017);
- ii. Invalidação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado a partir do dia 20.03.2016 – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação atual;
- iii. Anulação do resultado obtido na prova em que acusou positivo – Prova Internacional XCO Marrazes –, aplicada ao abrigo do disposto no artigo 74.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto; e,
- iv. Sanção de multa fixada em €500,00 (art. 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC em vigor).

Notifique-se à Arguida, na pessoa da sua ilustre mandatária, juntando-se em anexo cópia do Parecer Prévio do CNAD e do Relatório Final de Instrução. E notifique-se igualmente à ADoP.

Lisboa, 11 de Julho de 2017

*P'los Vogais do Conselho de Disciplina (o Presidente não participou na reunião, por se encontrar a gozar período de férias).*

Recurso desta Decisão

As decisões do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Ciclismo relativas a matérias de dopagem são passíveis de recurso, nos termos da lei e dos regulamentos, para o Tribunal Arbitral do Desporto (em conformidade com o artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto). O recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto deve ser interposto no prazo de 10 dias, contados da notificação desta decisão (artigo 54.º, n.º 2, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto).